BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 — N.º 10 27 DE MAIO DE 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

338.105
0004
p
v.1, n.10, maio 1977

AGROANALYSIS

é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR

Paulo Rabello de Castro, Ph. D.

QUADRO TÉCNICO

Ailton Coentro Filho, M. S.
Bruno Marcus Rangel Pessanha, M. S.
Roberto Moreno Moreira, M. S.
José Marcos Lemos Fochi
Maria Eunice Rocha

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 10 27 de maio de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Pecuária de Corte: reflexões sobre o futuro (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Algodão: comercialização do remanescente da safra setentrional é prejudicada pelos preços internos (pág. 9)

Proalcool: alguns obstáculos reduzem as possibilidades de alcance da meta programada (pág. 10)

Soja: a precipitação das vendas será tão prejudicial quanto a retenção excessiva pelos produtores (pág. 11)

NOTAS ESTATÍSTICAS

A existência de um ciclo pecuário brasileiro encontra respaldo nas evidências disponíveis (pág. 14)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

357990

ANÁLISE DA QUINZENA

Pecuária de Corte: reflexões sobre o futuro

Nossas estatísticas sobre o rebanho bovino brasileiro são insuficientes. Não se dispõe, ainda, de um acompanhamento atualizado, sistemático e detalhado dos principais indicadores da evolução do rebanho a nível nacional. Só ultimamente é que se estão implantando, nos principais estados pecuários da Federação, cuidadosos levantamentos de situação com vistas a fornecer às autoridades, aos planejadores e ao público um quadro mais verossímil da realidade pecuária. Apesar da falta de estatísticas consolidadas e contemporâneas, já dispomos de alguns elementos quantitativos valiosos a partir dos quais é possível inferir os contornos da atual conjuntura pecuária e facilitar a discussão das principais políticas adotadas ou sugeridas para o setor. Mais importante que reclamar da carência de informações, é procurar não desprezar as conclusões que se podem extrair das estatísticas ao nosso alcance. Infelizmente, verificamos que, por ignorância ou falta de tempo, muitas vezes deixamos de nos beneficiar das informações disponíveis sobre cuja base podemos gerar previsões bastante seguras. Quando isso ocorre, somos induzidos a postular ou implementar políticas inócuas ou contraproducentes.

Neste sentido, um amplo debate sobre a futura escassez de carne no mercado nacional já deveria ter começado. Até onde as estatísticas (embora parcas e falhas) nos permitem prever o futuro, vislumbramos uma inevitável redução na disponibilidade de carne bovina para os consumidores a partir de 1978, cujo prenúncio poderá, talvez, ser constatado já na próxima entressafra, entre agosto e dezembro deste ano. O debate sobre esta questão deveria começar prontamente, para que se tenha uma melhor chance de ouvir todas as partes envolvidas, desde os criadores até os consumidores - englobando também os invernistas, frigoríficos, distribuidores, varejistas, exportadores, curtidores e calçadistas, fabricantes de sabão, planejadores, autoridades federais e estaduais, e indiretamente, os pecuaristas de leite, usinas, indústrias de laticínios, fabricantes e fornecedores de insumos para a pecuária, entre vários outros grupos não mencionados. Esta extensa lista nos sensibiliza quanto à urgente necessidade de se promover a audiência de cada interesse envolvido para, depois, extrair do seu somatório o melhor rol de políti

cas. A alternativa poderia ser uma crise de proporções indesejáveis, durante o ano politicamente delicado que será 1978, agravado pelo fato de o mês de novembro coincidir com a época crítica da entressafra de carne.

Nesta análise nos deteremos na problemática conjuntural da pecuária de corte. O principal dado da questão é o ciclo pecuário. Abaixo, apresentamos uma tabela e um gráfico dos movimentos de preços do boi gordo (e, por via de consequência, pode-se extrapolar variações equivalentes para os preços no atacado e no varejo, bem como no mercado de subprodutos do boi).

TABELA I

MÉDIAS ANUAIS DO PREÇO REAL DO BOI GORDO RECEBIDO POR PECUARISTAS DE SÃO PAULO, (Em Cr$/arroba, equivalentes a março de 1977) 1/

Convenções: A=limite de alta do ciclo; B=limite de baixa

1º CICLO 2/	Cr$/@	2º CICLO	Cr$/@	3º CICLO	Cr$/@	4º CICLO	Cr$/@
		1958	99,6			1970	150,4
		59	109,5			71	171,1
		60	152,5			72	184,7
1954	114,2	61	162,0	1965	132,4	73	241,2
55	126,1 A/	62	163,1 A/	66	183,4 A/	74	251,4 A/
56	116,9	63	148,4	67	149,5	75	211,7
57	98,9 B/	64	130,4 B/	68	133,2	76	185,2
				69	122,6 B/	77 3/	175,0 B/
Média 54-57	114,0	Média 58-64	137,9	Média 65-69	144,2	Média 70-77	196,3

1/ Ajustado pela média anual do I.G.P. (col. 2); Conjuntura Econômica

2/ Ciclo incompleto pela falta de dados anteriores a 1954

3/ Estimativa bastante preliminar do GIA/IBRE/FGV

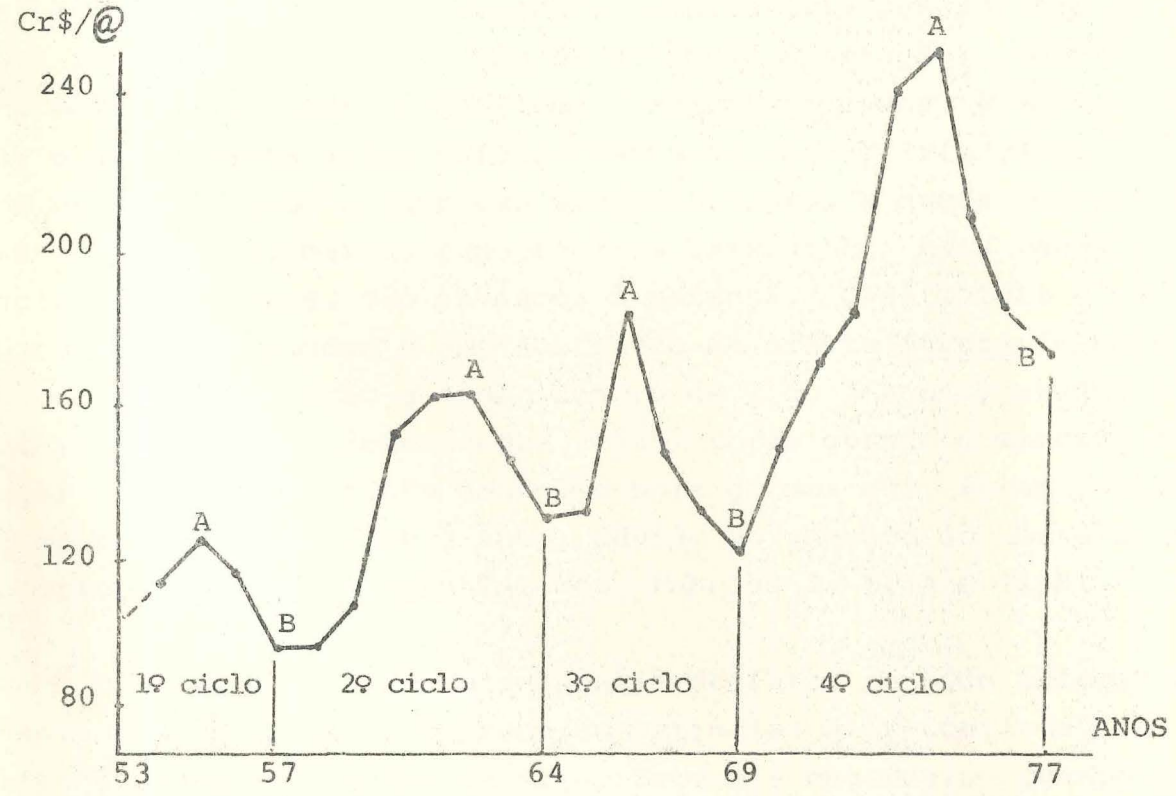
Fonte: IEA/SEC. AG. SÃO PAULO

Elaboração: GIA

Para facilitar a compreensão do argumento, a Tabela I apresenta os preços médios anuais de 1954 a 1977, repartidos em quatro períodos distintos, correspondendo, cada um (salvo o primeiro), a um ciclo pecuário completo. Dentro de cada ciclo, os preços sobem continuamente até atingir a um limite de alta (A) involuindo depois até o limite de baixa (B). Tal comportamento pode ser constatado visualmente através do gráfico I abaixo:

GRÁFICO I

MÉDIAS ANUAIS DO PREÇO REAL DO BOI GORDO, CONFORME DADOS DA TABELA I



Elaboração: GIA

Observa-se, primeiramente, que as amplitudes horizontais (nº de anos) e verticais (distância entre os limites de alta e de baixa) de cada ciclo não são idênticas. Por exemplo, o período 1958 - 64 (2º ciclo) e o período 1970 - 77 (4º ciclo) têm amplitudes horizontais semelhantes (de 7 a 8 anos), embora a amplitude vertical do 2º ciclo (A/B = 1,25) seja menor do que a do 4º ciclo (A/B = 1,44).

O número de anos que um ciclo contém (amplitude horizontal) é condicionado não só por coeficientes zootécnicos e acidentes climáticos, como também por variáveis econômicas. Estas últimas, agindo sobre o mercado de carne bovina, provocaram diferenças na amplitude dos ciclos.

Do ponto de vista estritamente zootécnico, é de supor que o ciclo pecuário no Brasil tenha uma amplitude horizontal em torno de 7 anos. Este período coincidiria, a grosso modo, com o tempo decorrido entre o nascimento de uma matriz no momento presente, e a engorda (para abate) da sua primeira cria daqui a sete anos. Devido ao interrelacionamento da matriz com suas crias futuras, o preço das vacas depende das expectativas sobre o preço do boi gordo no futuro (quando as crias estiverem prontas para abate). Assim, no início de uma fase descendente do preço do boi gordo, os pecuaristas tendem a projetar essa tendência declinante, formando expectativas pessimistas de preço para o futuro. Neste caso, não há estímulo à criação; consequentemente, uma maior quantidade de matrizes (inclusive jovens) é enviada para abate, o que aumenta ainda mais a oferta de carne, reforçando o declínio dos preços de todo o complexo pecuário. Ora, a queda dos preços parece justamente confirmar as expectativas baixistas: mais vacas e, aí então, inclusive bezerros, são enviados à matança. Cada matriz e cada bezerro abatidos correspondem à uma subtração da oferta futura de bois gordos. Os preços só voltarão a subir dentro de 2 ou 3 anos contados a partir do início da sua fase descendente. Isto ocorre quando o mercado de carne começar a refletir a falta daqueles bois gordos que foram suprimidos do fluxo de oferta há 2 ou 3 anos, devido ao aumento do abate de matrizes e bezerros (vide Notas Estatísticas, tabelas I, II.A e II.B).

Desta sequência de fatos se pode inferir a importância dos programas que procuram estimular a precocidade dos animais (isto é, reduzir o tempo de cria, recria e engorda). Quanto maior a precocidade, menor será a amplitude horizontal do ciclo pecuário. No Brasil, os ciclos tendem a ser mais amplos devido aos baixos coeficientes zootécnicos, acarretando um longo período de prejuízos para os pecuaristas na fase de declínio dos preços, e um doloroso período de ajustamento dos consumidores quando os preços são ascendentes.

A amplitude horizontal do ciclo pecuário também acarreta uma propensão ao excessivo endividamento no período de euforia

e, subsequentemente, crises de liquidez provocadas pela queda dos preços. O último ciclo que estamos vivendo (70 - 77) elucida esta afirmação. No período de euforia (70 - 73) os pecuaristas, motivados por preços crescentes, se inclinaram a assumir volumosos empréstimos para investimento em gado, pastagens e benfeitorias. O governo, prestimosamente, abriu-lhes um vasto leque de opções: PROTERRA, PRONAP, CONDEPE, PDPL etc. No comportamento das autoridades estavam embutidos não só o objetivo de desenvolver o setor, como também uma reação positiva contra aumento dos preços da carne para os consumidores. Ou seja, se havia escassez de carne, parecia justo financiar o rápido crescimento do rebanho. Ao mesmo tempo, abriam-se amplas perspectivas de exportação nos primeiros anos da década de 70. O governo acudiu o setor frigorífico, financiando-lhes uma elevada expansão de capacidade.

O resultado menos óbvio da política de crédito aos pecuaristas e frigoríficos foi o aumento da liquidez do setor. Menos óbvio, também, é que o estímulo à expansão do rebanho gera, a curto prazo, maior retenção de matrizes e crias. Portanto, diminui a oferta de carne e aumenta o preço da carne. E a maior liquidez dos frigoríficos, evidentemente, facilita as práticas especulativas nos períodos de escassez. Quando as autoridades sentiram que perdiam o controle da situação por volta de 72 - 73, sobrevieram as medidas restritivas: tabelamento rígido da carne no varejo e forte confisco cambial às exportações. O tabelamento nunca funcionou, sendo eliminado mais tarde (em 1975) devido à inversão do ciclo e consequente queda do preço da carne. O confisco, por sua vez, caiu em desuso, porque o Mercado Comum Europeu está retraído desde 1974.

Mais dois anos se passaram (75 a 77): um período de prejuízos para os pecuaristas e frigoríficos endividados pelos vencimentos das dívidas assumidas na época de bonança (70 - 73) e um período de folga para os consumidores, persuadidos na ilusão de que a carne é um alimento relativamente barato. Sobre estes últimos, o impacto psicológico de uma alta do preço real da carne a partir de 1978 será extremamente negativo.

Neste mesmo período 75 - 77, sentiu-se a falta de uma política anti-cíclica. É verdade que os estoques reguladores do governo foram uma medida benvinda, por conterem um efeito positivo sobre a formação dos preços do boi gordo na safra. Por outro lado, a for

mação de estoques têm provocado um maior volume de abates entre janeiro e junho, postergando assim a acumulação de experiência tecnológica na manutenção do boi gordo durante a entressafra. É sabido que os custos da estocagem frigorificada são mais altos do que a técnica de suplementar a ração animal no período seco. Além disso, a formação dos estoques não tem influência perceptível sobre o ciclo pecuário, uma vez que o produto é desovado em seguida à sua estocagem.

A melhor política anti-ciclíca para o período 74-76 teria sido o lançamento do PROPEC - "Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária" - ainda em 1974. Mas, naquela época, quem pensaria em dar mais financiamentos a um setor tão rentável ? Sabe-se, entretanto, que na Austrália, Nova Zelândia e Canadá, foram implementados programas de apoio à pecuária em reação à queda do preço internacional após 1974. Agora, com o advento do programa no Brasil, coincidindo com o início do ciclo ascendente de preços, todos os grupos envolvidos devem se conscientizar do caráter pró-ciclíco do PROPEC, a exemplo da experiência de programas anteriores lançados, sem a devida cautela, em época imprópria.

Por outro lado, nossa pecuária exige um plano de desenvolvimento de horizonte realmente amplo, que não esteja cingido às marchas e contra-marchas do ciclo pecuário. Aí reside o defeito fundamental do planejamento macroeconômico para o setor pecuário. Se um programa favorece a expansão cíclica dos preços, isto não constitui argumento para sua suspensão a meio caminho dos efeitos de longo prazo que busca alcançar. Mas, uma vez lançado a todo vapor em hora menos propícia pode gerar malefícios imediatos para os consumidores, para a política anti-inflacionária do governo, e a longo prazo, grandes prejuízos para os pecuaristas e frigoríficos. É essencial, portanto, que se dimensione corretamente o cronograma de aplicações do PROPEC, o efeito dos prazos de carência sôbre a liquidez do setor, e a discutível vantagem de se fixar juros nominalmente altos que poderão resultar em aperto para os mutuários quando, a médio prazo, a inflação estiver sob controle.

Em relação à oferta de carnes para os consumidores nos próximos três anos, pouco se pode esperar do setor pecuário de corte, à luz da escassez indicada pelas estatísticas e argumentos apresentados. A saída não está nem no tabelamento nem na requisição compulsó

ria de bois. A escassez de carne bovina tem um aspecto muito positivo, já experimentado em época anterior (70-73). A alta dos preços da carne bovina estimulou a penetração, em grande escala, das aves na dieta dos consumidores. Entre 1970 e 1974, a taxa de crescimento médio do abate de aves no Brasil ficou em torno de 35% a.a.

O movimento ascencional dos preços da carne bovina deve coincidir com programas de estímulo à avicultura, à suinocultura e à pesca. Em particular, deve-se ressaltar alguns importantes efeitos indiretos da expansão do rebanho suíno e das aves: atualmente, temos excedente de milho, que vem sendo exportado ao custo de pesado subsídio. Esse excedente poderia ser absorvido, então, pelo mercado interno. Da mesma forma, a expansão da demanda doméstica de farelo de soja resultaria na eliminação de parte da perigosa dependência que temos, hoje em dia, dos nossos compradores internacionais.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** ALGODÃO

O segundo semestre do ano passado se caracterizou por um aquecimento dos preços do algodão no mercado interno, contido apenas a partir de outubro, com o advento de medidas anti-inflacionárias mais restritivas, impondo uma redução da demanda por produtos têxteis. Por esta época, enquanto os usineiros nordestinos compunham seus estoques, o algodão em pluma 32/34 mm da região setentrional alcançava a cotação de Cr$ 563/arroba. A queda de preço iniciada em outubro impediu que uma boa parte destes estoques fosse vendida, uma vez que os custos de aquisição já não eram mais cobertos pelos preços em declínio. Atualmente, o custo do produto estocado é estimado em torno de Cr$ 600/arroba, mas a cotação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo no último dia 20 era de apenas Cr$ 385, gerando impasse na comercialização do restante da safra nordestina 76/77.

Apesar da responsabilidade de todo o setor algodoeiro pelo comportamento irreal dos preços no ano passado, justifica-se a preocupação dos beneficiadores nordestinos com o quadro atual que, na ausência de uma solução imediata, acarretará sérios prejuízos à região Nordeste. A medida da CFP, prorrogando os EGFs existentes por 180 dias apenas postergou o desenlace da questão, provando a ineficácia da intervenção diante da contínua queda dos preços no mercado interno. A esta altura, os maquinistas nordestinos pretendem apenas diminuir seus prejuízos e pedem algum subsídio para a exportação dos estoques remanescentes da última safra, atualmente em torno de 40 mil ton. Outra solução possível seria a compra deste algodão pela CFP, que poderia estocá-lo até a recuperação do mercado, ou colocá-lo agora no exterior. Obviamente, a segunda alternativa implicaria num elevado subsídio face à gravosidade do produto.

Os desdobramentos da atual crise poderão afetar o desempenho da safra setentrional na temporada 77/78. Ao contrário do que ocorreu com a safra 76/77, cuja meta de produção se fixou sob a euforia dos preços internos, é possível que no próximo ano se observe uma redução da colheita nordestina, devido à tendência declinante

dos preços praticados no mercado interno.

Este quadro explica a resistência dos usineiros nordestinos à proposta apoiada por representantes do Centro-Sul, de livre exportação e importação do pluma. Se a medida fosse adotada, o preço no mercado interno cairia ainda mais, até alcançar a paridade internacional, agravando os problemas econômico-financeiros da região.

*** PROALCOOL

O longo compasso de espera que antecedeu a alvissareira decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) de implementar o PROALCOOL a todo vapor, teve repercussões favoráveis. A morosidade na liberação das verbas, que resultava do lento enquadramento técnico dos projetos e da inexistência de recursos suficientes para todas as propostas apresentadas, vinha sendo um problema crônico desde o lançamento do programa. Agora, com a alocação de expressivos recursos da ordem de Cr$ 9,6 bilhões, o governo resolveu desafiar sua própria burocracia e a capacidade dos empresários do setor em aplicar rapidamente os elevados recursos disponíveis. Até o momento, dos 112 projetos apresentados, apenas 31 tiveram suas verbas liberadas. Em fase de contratação, encontram-se 81 projetos. A sua rápida tramitação facilitaria, sem dúvida, o cumprimento da meta de produção de 3 bilhões de litros de álcool em 1980.

Sem embargo, amplas disponibilidades de verba nunca significaram, necessariamente, igual disponibilidade de recursos reais, em termos de volume de cana ou, principalmente, de equipamentos para destilarias. Além disso, persiste a indefinição sobre como adequar a capacidade dessas destilarias em função de sua melhor localização geográfica, e do grau mais apropriado de integração às usinas (anexas x autônomas).

À semelhança do que aconteceu com as usinas de açúcar na época da implantação do seu programa de modernização, repete-se o congestionamento dos pedidos de equipamentos em curto espaço de tempo. Esta expansão da demanda tem sido responsável pelo contínuo aumento dos preços dos equipamentos. Sabe-se que em qualquer atividade altamente subsidiada, as vantagens financeiras concedidas pelo governo tendem a ser apropriadas pelos fatores de oferta mais rígida. Essa tendência é tanto mais evidente quanto maior o grau de monopólio da propriedade desses

fatores, e quanto mais difícil for a rápida expansão da oferta. Esse parece ser, justamente, o caso do setor de produção de equipamentos para destilarias.

Quanto à discussão entre destilarias anexas ou autônomas, algumas questões continuam ainda pendentes. De um lado, o programa recentemente aprovado pelo CDE confere uma discreta preferência às destilarias anexas devido ao receio de uma possível ociosidade futura, se o preço do açúcar subir ou o preço do petróleo baixar. Por outro lado, o Plano de Safra prevê a destilação direta de cana equivalente a 15 milhões de sacos de açúcar. Isto parece implicar em sobrecarga das destilarias anexas, cuja dimensão deve atender apenas a 20% da capacidade das usinas. Ainda que as destilarias funcionassem de modo ininterrupto, o que é tecnicamente impossível, uma parcela substancial do caldo da moagem teria que ser destinada à produção de açúcar, já que as destilarias anexas são subdimensionadas para a produção exclusiva de álcool, frente à dimensão do equipamento de moagem da cana.

Agravando ainda mais esta situação, várias usinas de açúcar não possuem destilarias anexas, obrigando o transporte do melaço residual para destilarias autônomas. Para adequar o fornecimento de melaço à capacidade de processamento das destilarias seria necessária a estocagem da matéria-prima para a produção de álcool também na entressafra da moagem de cana. Além disso, sabe-se que a capacidade de estocagem de melaço e álcool é insuficiente para receber toda a produção prevista. Todos esses óbices reduzem as possibilidades de consecução da meta de 1,4 bilhão de litros de álcool.

*** SOJA

A inesperada queda nas cotações internacionais da soja desde o final de abril, em plena fase de comercialização da safra brasileira, exige uma análise cuidadosa da atual situação do mercado e de suas perspectivas a curto e médio prazos. Embora os preços da soja praticados no mercado internacional tivessem, em fins de abril, ultrapassado os US$ 400/ton (representando um incremento de 58% num período de seis meses), a forte redução que se seguiu (16% no período de 22/04 a 24/05) causa, no mínimo, alguma estranheza, dada a conhec

da situação de aperto da oferta mundial da leguminosa até a entrada da próxima safra norte-americana em setembro próximo.

O vertiginoso aumento dos preços nos quatro primeiros meses deste ano resultou claramente da acentuada pressão da demanda, refletida nos indicadores de exportação e de esmagamento nos EUA. No primeiro trimestre do ano, as exportações norte-americanas de soja foram superiores em 8% àquelas do mesmo período em 1976, quando a oferta mundial era folgada. Em fevereiro de 77, a utilização da capacidade de esmagamento nos EUA alcançou a média de 81% comparada com 79% em fevereiro do ano passado. Como era de se esperar, a elevada ascenção de preços que se seguiu iria refrear o ímpeto da demanda, fazendo baixar a utilização da capacidade dos esmagadores norte-americanos a 65% em meados de maio. Evidentemente, o desaquecimento da demanda explica, em parte, o declínio dos preços ocorridos em maio. Entretanto, a situação atual de escassez do produto é uma realidade, por diversas vezes dimensionada e definitivamente estabelecida, fazendo supor que movimentos especulativos internacionais também estejam por trás da recente fraqueza do mercado.

Dentro desse quadro, a situação brasileira é bastante delicada. De um lado, foram negociadas com o exterior (até o início de maio), apenas 1,3 milhão de ton de grão da safra ora em final de colheita, o que significa que ainda restam pouco menos de 2,5 milhões de ton para serem colocadas no mercado externo. Por outro lado, este excedente deverá ser comercializado no curto período de três meses, ao término do qual a safra norte-americana estará entrando no mercado (em Chicago, os preços futuros da soja para entrega em setembro estão cerca de 15% abaixo dos preços da posição de julho). A lentidão com que se processam as exportações brasileiras neste ano resulta da atitude especulativa do produtor, que procura reter o produto na esperança de uma nova reação dos preços internacionais ou de uma possível redução no percentual do confisco sobre as exportações, em consequência do menor preço praticado atualmente em comparação com US$ 400/t, que serviu de base para a elevação do confisco de 7% para 12%.

No curto prazo, é bastante duvidoso que o preço internacional se reduza abaixo do nível alcançado em 24/05 (US$336/t), dada a insuficiente disponibilidade mundial do produto. Por outro lado, também é improvável uma reação que conduza os preços aos níveis de 22/04, visto que estes níveis foram suficientes para enfraquecer o vigor

da demanda, ao mesmo tempo que nos aproximamos da próxima safra americana. Portanto, um preço médio em torno de US$ 370/t parece realista supor-se que prevaleça para as próximas semanas. Assim, é importante que os produtores nacionais não prolonguem por muito tempo a retenção de seu produto, sob pena de se virem compelidos, mais tarde, a vender às pressas o grosso da produção, destituídos do singular poder de barganha que conquistaram este ano. A redução do percentual do confisco aos 7% originais, embora possa estimular o aumento de nossas exportações, por outro lado pode desencadear uma indesejável corrida às exportações, precipitando uma tendência de baixa dificilmente reversível. Mais importante que tudo, seria uma declaração saneadora por parte das autoridades, esclarecendo de vez as regras do jogo. Nas atuais circunstâncias, qualquer incerteza é prejudicial.

De qualquer modo, produtores, exportadores e governo devem estar conscientes de que a melhor forma de se aproveitar as condições atuais do mercado está na exportação parcelada do excedente disponível ao longo dos próximos três meses, a fim de garantir um preço médio compatível com as esperanças governamentais de obtenção de uma receita de, pelo menos, 2,5 bilhões de dólares com as exportações do complexo soja em 77.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

As tabelas apresentadas abaixo fornecem diversas informações sobre o mercado de pecuária de corte. O principal objetivo destas Notas é avaliar a existência de um ciclo pecuário definido e discutir algumas de suas características.

A tabela I foi construída a partir de dados referentes ao Estado de Minas Gerais e descreve os índices de preços reais de importantes categorias de bovinos. O comportamento das séries nas três primeiras colunas revela uma característica comum dos índices: caem nos anos de 68 e 69, recuperam-se no período 70-74 para, novamente, declinarem até o começo de 77. Não obstante, as variações observadas nas séries dos bezerros e vacas solteiras são mais pronunciadas do que as variações na série do boi gordo. Ao contrário do boi gordo, que já é o produto final, os preços de bezerros e vacas no período t incorporam as expectativas dos preços futuros $t+1$, $t+2$ etc, apresentando, portanto, um ágio sobre os preços do boi gordo nos períodos de expansão, e deságio nos períodos de contração de preços. O ciclo descrito é apresentado no gráfico, onde se observa a maior variância dos preços de bezerros e vacas em relação ao boi gordo.

A última coluna da tabela evidencia o mesmo fenômeno das expectativas agindo dentro de uma única categoria de animal. O preço relativo entre o novilhão (boi de 2-3anos) e o boi gordo declina no ramo descendente do ciclo para, em seguida, se elevar no ramo ascendente. Isto ocorre exatamente porque o preço do novilhão inclui a expectativa média dos 24 meses que o separam do mercado de boi gordo.

A tabela II.A fornece uma característica adicional do ciclo pecuário, tomando como aproximação os dados de abates controlados pelo Sindicato do Frio de São Paulo. A relação percentual vaca/boi comprova a maior ocorrência de abates de vacas quando os preços se mostram mais desfavoráveis, ao contrário dos períodos em que os preços são ascendentes. O maior abate de matrizes é consequência direta da expectativa pessimista quanto à duração da fase descendente do ciclo. O elevado abate observado no 1º trimestre

de 77 é um indicador de que o período declinante iniciado em 75 (tabela I) deverá continuar durante este ano, esperando-se para 78 o início da recuperação dos preços.

Os índices de abate da tabela II.B, construídos a partir da tabela II.A, atestam o aumento da oferta de carne em 75 e 76, forçando o declínio acentuado dos preços. Vale salientar que existe uma relação de interdependência entre os abates e os preços. Em qualquer fase do ciclo, os abates praticados reforçam a tendência dos preços cujo comportamento, por sua vez, determina o número de animais abatidos. A aparente contradição nos índices de 67-69, que não mostram expansão dos abates, pode ser resultado da fiscalização menos eficiente que se fazia na época, subestimando o volume de abates realmente ocorrido.

A análise feita até aqui não deixa dúvidas quanto a existência de um ciclo pecuário no Brasil. Não obstante, os dados coletados sobre a pecuária norte-americana, exibidos na tabela III, provam que este fenômeno não é privilégio brasileiro. Os índices de preço real da tabela III estão em queda no período 63-66, sobem durante os anos 67-73 e, novamente, caem a partir de 74. O comportamento dos abates durante o ciclo é justamente inverso aos índices de crescimento do rebanho. Na fase descendente dos preços, os índices do rebanho crescem mais lentamente, ou até declinam, enquanto cresce o volume de abates. Em particular, os índices de crescimento das vacas solteiras e das novilhas se conduzem exatamente como no caso brasileiro, apresentando variações mais acentuadas do que o índice de crescimento do rebanho total.

Evidentemente, os períodos de "picos" e "vales" do ciclo norte-americano não coincidem necessariamente com os do nosso ciclo. Nem existe razão para que a coincidência ocorresse. Estes ciclos são afetados por variáveis macroeconômicas como renda, crescimento da população etc, além da taxa de crescimento e de desfrute do rebanho; todas essas variáveis têm, para cada país, comportamentos e graus de influência absolutamente singulares.

A identificação do ciclo pecuário no Brasil é extremamente relevante para subsidiar a adoção de políticas compatí-

veis com o objetivo de amortecer a sua amplitude de variação. Quanto menor o nível de ignorância a respeito de um mercado, maior será a eficácia e a especificidade das medidas adotadas. No caso da pecuária de corte, qualquer equívoco de política envolve custos cuja dimensão está estritamente relacionada ao significativo volume de recursos apropriados pelos programas do setor.



TABELA I

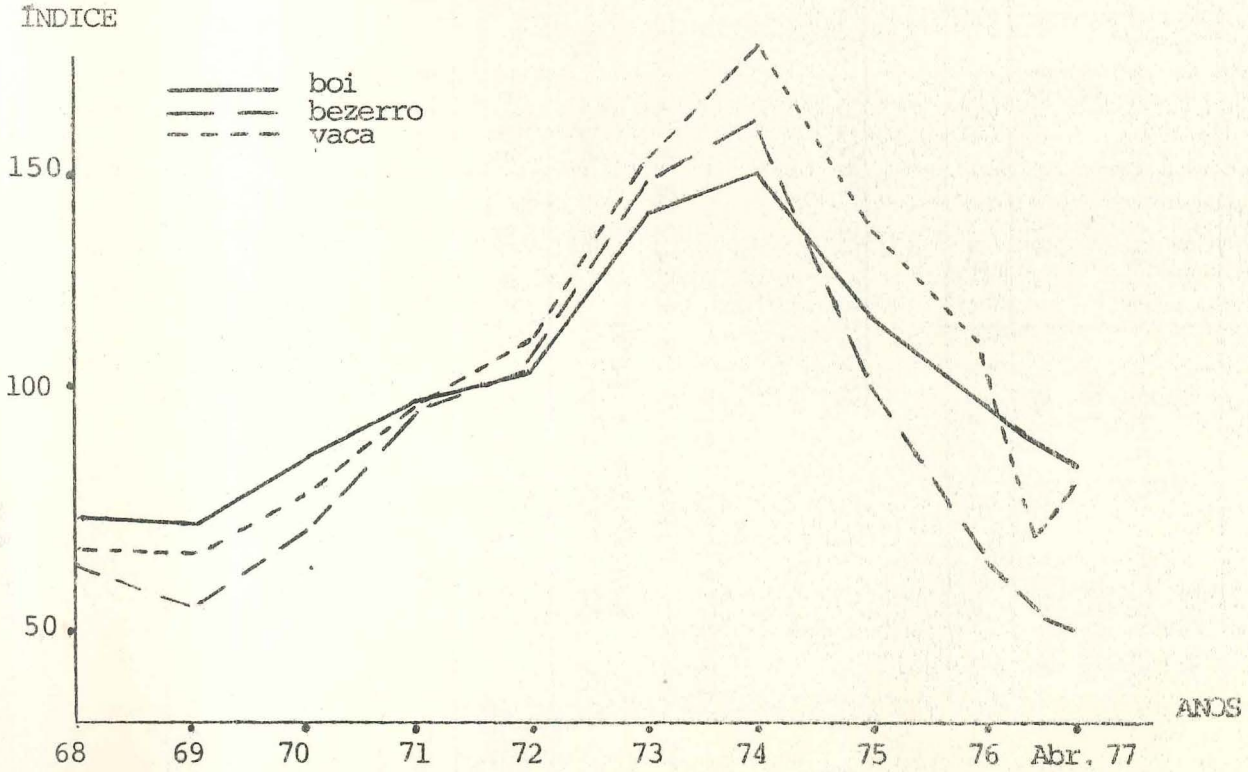
ÍNDICES DE PREÇOS REAIS DE ALGUMAS CATEGORIAS DE BOVINOS EM MINAS GERAIS (BASE 71-72=100) E PREÇO RELATIVO NOVILHÃO/BOI GORDO

ANO	BEZERRO ATÉ 1 ANO	VACA SOLTEIRA	BOI GORDO	PREÇO RELATIVO NOVILHÃO/BOI GORDO
68	64.6	67.3	74.6	1,01
69	56.0	65.9	70.7	0,98
70	70.4	78.8	85.6	1,01
71	95.3	95.6	96.3	1,10
72	104.1	103.8	103.6	1,04
73	142.8	146.7	137.4	1,07
74	156.1	172.9	144.9	1,15
75	103.8	134.8	115.2	1,06
76	67.2	109.2	98.1	0,98
Jan 77	54.3	69.3	88.2	0,79
Fev 77	53.4	66.4	89.3	0,77
Mar 77	48.8	77.9	86.3	0,83
Abr 77	50.9	82.6	84.6	0,89

Fonte: EPAMIG, CITADO PELA FUNDAÇÃO JP
Elaboração: GIA

GRÁFICO I

ÍNDICES DE PREÇOS REAIS DE ALGUMAS CATEGORIAS DE ANIMAIS, CONFORME TABELA I



Elaboração: GIA

TABELA II.A

ABATES ANUAIS (EM 1.000 TON) SOB CONTROLE DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FRIO DE SÃO PAULO, 67-77 1/

E RELAÇÃO PERCENTUAL DE ABATES, VACAS: BOIS

ANO	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77 (1º Trimestre)
Bois	187.9	155.8	143.0	129.7	174.0	210.8	344.5	281.9	384.3	408.2	118.2
Vacas	18.0	14.8	18.1	17.4	10.9	8.4	15.0	14.0	40.7	122.2	41.4
Vitelos	2.9	6.6	2.3	1.3	0.2	0.2	0.1	0.2	1.3	6.8	1.1
Total	208.8	177.2	163.4	148.4	185.1	219.4	359.6	296.1	426.3	537.2	160.7
% Vaca / Boi	9.58	9.50	12.66	13.42	6.26	3.98	4.35	4.97	10.59	29.94	35.03

1/ Os dados originais em número de cabeças foram convertidos pelas relações boi = 16@, Vaca = 14@ e Vitelos = 10@.

Fonte: SINDICATO DE INDÚSTRIA DO FRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Elaboração: GIA

TABELA II.B

ÍNDICES DE ABATES EXTRAÍDOS DA TABELA I.A (BASE 71 - 72 = 100)

ANO	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76
Bois	98	81	74	67	90	110	179	147	200	212
Vacas	186	153	187	179	112	87	155	144	420	1.260
Vitelos	1.450	3.300	1.150	650	100	100	50	100	650	3.400
Total	103	88	81	73	92	108	178	146	211	266

Elaboração: GIA

TABELA III

EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO NORTE-AMERICANO (EM 1.000.000 CABEÇAS) E VALOR REAL POR CABEÇA AO NÍVEL DO PRODUTOR EM 1º DE JANEIRO DE CADA ANO; ÍNDICES DE CRESCIMENTO (BASE 67 - 69 = 100)

ANO	REBANHO TOTAL		VACAS SOLTEIRAS		NOVILHAS 500 lbs		PREÇO REAL EM US$/CABEÇA 1/	
	10^6 Cabeças	Índice	10^6 Cabeças	Índice	10^6 Cabeças	Índice	Absoluto	Índice
63	104,488	96	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	302,4	110
64	107,903	99	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	269,0	98
65	109,000	100	33,400	97	5,700	94	215,5	78
66	108,862	100	33,500	97	7,760	95	249,4	90
67	108,783	99	33,770	98	5,900	97	277,1	100
68	109,371	100	34,570	100	6,110	101	270,9	98
69	110,015	101	35,490	103	6,150	102	279,7	101
70	112,369	103	36,689	106	6,431	106	303,7	110
71	114,578	104	37,877	109	6,664	110	302,2	110
72	117,862	108	38,807	112	6,987	115	326,3	118
73	121,534	111	40,918	118	7,436	123	347,9	126
74	127,670	117	43,008	124	8,226	136	324,0	117
75	131,826	121	45,472	131	8,879	147	170,1	62
76	127,976	117	43,743	126	7,197	119	190,0	69
77*	122,900	112	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. - não disponível
* - estimativa
1/ - deflacionado base dezembro/76

Fonte: COMMODITY YEARBOOK 1976
Elaboração: GIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de Dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 - CAIXA POSTAL: 9.052 = ZC-02
CEP. 20.000 - TEL.: 266-1512 - RIO DE JANEIRO - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: LUIZ SIMÕES LOPES
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR

Presidente: MAURÍCIO NABUCO
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo - representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: LUIZ SIMÕES LOPES
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Acessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Engênio Decourt

22 mar 01

22 MAR 81 +

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 — 10.º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
Tels. 232-5001 - 232-8678 - 232-2584 - 232-682
Telex: 212-3840 FGVE BR